

A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: A VISÃO DOS ESTUDANTES DO SERTÃO ALAGOANO

Maria Lenilda Caetano França

tialenilda@yahoo.com.br

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Paulo Sérgio Marchelli

paulomarchelli@hotmail.com

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: O estudo investiga as percepções de estudantes do 3º ano do Ensino Médio matriculados em escolas públicas do município de Delmiro Gouveia, situado no sertão do Estado de Alagoas, sobre a disciplina Sociologia. O contexto da pesquisa corresponde ao momento em que uma Medida Provisória do Governo Federal pretendeu retirar a obrigatoriedade do ensino de Sociologia do currículo, entre outras reformas para o Ensino Médio que geraram protestos em todo o país, culminando na ocupação de escolas pelos estudantes. O estudo se vale de um referencial bibliográfico e de um *corpus documental* específicos, bem como da aplicação de um questionário estruturado para a tomada de dados junto aos estudantes, parte deles presente na ocupação de uma das escolas em Delmiro Gouveia. Posteriormente, graças à mobilização dos estudantes, entre outros direitos conquistados em relação à sua formação, a Sociologia voltou a ser conteúdo obrigatório do currículo do Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes de ensino médio, disciplina de Sociologia, legislação educacional.

THE DISCIPLINE OF SOCIOLOGY IN HIGH SCHOOL: THE VISION OF THE STUDENTS OF THE ALAGOAS STATE

ABSTRACT: The study investigates the perceptions of students of the 3rd year of high school in public schools of the municipality of Delmiro Gouveia, located in the backlands of the State of Alagoas, about the discipline Sociology. The context of the research corresponds to the moment in which a Provisional Legislative Measure of Federal Government initiative intended to remove the compulsory teaching of Sociology of the curriculum, among other reforms for the Secondary School that generated protests in the whole country, culminating in the occupation of schools by the Students. The study uses a bibliographic reference and a specific documentary corpus, as well as the application of a structured questionnaire for the data collection with the students, part of them present in the occupation of one of the schools in Delmiro Gouveia. Subsequently, due to the students' protests, among other rights conquered in relation to their formation, Sociology returned to be obligatory content of the Brazilian High School curriculum.

KEYWORDS: High school students, discipline of Sociology, educational legislation.

Introdução

Uma palavra emoldura os quadros da realidade educacional brasileira nos tempos atuais: reformas. Estas se manifestam como faustas tentativas de superar a grave crise que grassa pela educação no país e se junta às lamúrias econômicas que superam a esperança política em vista de eventos negativos que teimam em se acumular, projetando um período de expectativas sombrias e lutas resilientes para a superação das dificuldades. Vozes conflitantes alardeiam as mesmas incertezas sobre as reformas, voltadas para o desenvolvimento de culturas orientadas ao emprego de processos escolares preocupados com a extensão e abrangência do currículo, o controle da sala de aula e a geração de registros avaliativos da performance dos professores e dos alunos (BALL, 2001). Com isso, o planejamento da educação passa a sujeitar-se cada vez mais às prescrições e assunções normativas do economicismo, que exprime de forma generalizada o pensamento político dos últimos anos, ditado pela “globalização”, que enseja programas e projetos imbuídos de elaboradas intenções gerenciais, didáticas e formativas, que normalmente se têm colocado como tábuas de salvação da qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas, percorrendo a via do “neoliberalismo”, um conceito chave da semântica política globalizante. As reformas alvitradas, postuladas então como redentoras das aflitivas mazelas educacionais, enraízam-se firmemente no bojo dos:

[...] novos agenciamentos de políticas com uma gama de participantes novos e velhos existentes em um novo tipo de espaço de políticas em algum lugar entre agências multilaterais, governos nacionais e negócios internacionais, dentro e além dos locais tradicionais e de circulação e formulação de políticas. (BALL, 2014, p. 220).

Assim é que no recente ano de 2016, o Ministério da Educação (MEC), num lampejo de voluntarismo lança-se ao intento de imediatamente reformar o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, que se via em estado de profunda crise. As regras anteriores são modificadas pela edição de uma Medida Provisória que estabelece a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2016), alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e o regulamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (BRASIL, 2007). Os efeitos da Medida Provisória para a adequação do ensino médio brasileiro às políticas neoliberais vêm alterar profundamente a rotina de professores e

estudantes, que desde logo esboçaram inconformidades e protestaram publicamente, em muitos casos de forma veemente por meio da ocupação de escolas. No bojo das mudanças que a controvertida reforma propôs encontra-se a retirada de várias disciplinas do currículo obrigatório, entre elas a Sociologia.

Diante dos protestos estudantis e a pressão da sociedade, em uma votação tumultuada a Câmara dos Deputados aprovou no dia 13 de dezembro de 2016 a emenda que alterou a proposta original de Reforma a voltou a tornar obrigatória a oferta de Sociologia no currículo do Ensino Médio. “Agora, a maioria dos deputados votou a favor de que o ensino de filosofia, sociologia, artes e educação física seja ofertado [...] – foram 324 votos a favor e apenas cinco contrários” (CANCIAN; BRAGON, 2016, p. B5). As disciplinas em questão, no entanto, são consideradas no texto aprovado pelo Congresso como “estudos e práticas” que devem ser inseridos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual definirá de forma unificada os conteúdos comuns para todas as escolas do país. O ensino de Sociologia não ocorrerá necessariamente como uma disciplina separada, mas dependerá do modelo definido pela Base Nacional e pelas Redes de Ensino. Finalmente, em 16 de fevereiro de 2017 a política de implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral é aprovada sob a forma de lei e estabelece que: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, **sociologia** e filosofia” (BRASIL, 2017, Art. 35, § 2º, grifo nosso).

Coloca-se, assim, a questão motivadora deste artigo: qual o discurso que exprime as percepções de um grupo específico de estudantes do sertão alagoano matriculados no terceiro ano do Ensino Médio das escolas públicas na cidade alagoana de Delmiro Gouveia, sobre os conteúdos aprendidos na disciplina de Sociologia para eles ofertada? A pesquisa objetiva aquilatar as opiniões dos estudantes quanto à importância da aprendizagem realizada por meio da Sociologia para a sua formação e sua vida, trazendo como *background* analítico o discurso segundo o qual interpretam a realidade pautada nas profundas modificações que os cercam em termos do que aprenderam na disciplina. A pesquisa torna-se relevante diante da celeuma causada pelos estudantes que ocuparam centenas de escolas pelo Brasil afora em protesto contra as mudanças impositivas apresentadas em setembro de 2016 pela Medida Provisória nº 746, mormente quanto à extinção de disciplinas cruciais da grade curricular. A ocupação das escolas teve grande repercussão social e foi noticiada intensamente pela

TV, jornais e outros canais midiáticos, analisada amplamente pelos meios intelectuais e debatida largamente pelo sistema político. Diante das modificações impostas pela nova ordem legal estabelecida pela Medida Provisória que extinguiu a obrigatoriedade da Sociologia do currículo, importava perguntar aos estudantes que naquele momento cursavam a disciplina e protestavam contra sua extinção se ela foi importante para suas vidas.

Para fazer frente ao desafio metodológico decorrente da investigação, foram utilizados um referencial teórico pertinente à análise do escopo da Sociologia enquanto componente do currículo do Ensino Médio e um levantamento documental referente ao arcabouço legal deste fato. Para realizar a análise empírica, foram coletados dados por meio da aplicação de um questionário específico junto a oitenta estudantes do 3º Ano do Ensino Médio da rede pública do município Delmiro Gouveia, sertão de Alagoas. Em Charlot (2010, p.152) encontra-se que “na pesquisa em educação, devemos considerar o aluno como ser humano indissociavelmente social e singular [...]” de forma que essa premissa serviu de mote para a escolha dos estudantes como sujeitos da abordagem empírica, que foram sensibilizados sobre a importância de suas respostas frente às questões de interesse da pesquisa. Deve-se considerar que no momento da aplicação do questionário, em Delmiro Gouveia a Escola Estadual Luiz Augusto Azevedo de Menezes encontrava-se ocupada pelos estudantes e uma parte deles participou da investigação.

Por entre leis e pareceres: o ensino de sociologia na atualidade

A instância mais categórica do ser humano é a aptidão de acumular conhecimentos. A esta aptidão corresponde a assertiva de que somente o ser humano é capaz de educar e ao fazê-lo permite que o conhecimento transite entre os indivíduos, que findam por transferi-lo para as gerações vindouras. A transição e o câmbio de conhecimentos transmitem os traços constituintes da sociedade e de seu substrato cultural, sem olvidar a dimensão das relações institucionais cujos significados paradigmáticos são fornecidos pela política, pela economia, pela educação, etc. A escola, como instituição específica para a transferência de conhecimentos é também reprodutora dos formatos que as instâncias de poder lhe impõem, resultando que os saberes aquinhoados findam por obedecer diretrizes permeadas de interesses camuflados.

A escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior às outras formas de conhecimento, e que avaliaria os alunos com base em critérios universalistas; mas, ao contrário, ela é concebida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes (NOGUEIRA, 2006, p. 83).

Bourdieu (1978) esclarece que o traço reprodutivo da dominação sociocultural se estreita de forma violentamente sutil. Nesse sentido, tornam-se flagrantes as incongruências entre as bases legais da educação e a realidade existente, a exemplo da LDB no Brasil, que indica a educação como “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, Art. 2º). Um olhar cru e frio para a realidade confirma o panorama pessimista de que a escola é na verdade um arcabouço ilusório da ideia de facilitação da mobilidade social, que atua como *locus* de recrudescimento de diferenças e fixação de desigualdades (BOURDIEU, 2007).

Essa análise, porém, não pode ter a pretensão de extinguir ou substituir a escola, pois ela se constitui em termos de um milenar modelo institucional, não havendo outro à altura para fomentar o aprendizado. Ocorre que, no Brasil, segundo Bruini (2015), a escola claudica com péssimos índices qualitativos que confirmam o vaticínio bourdieusiano, no sentido de que juventude a ser educada recebe do sistema educacional uma oferta que discrimina o estudante desde seu ingresso, em tenra idade, até o ensino médio, porta de entrada para o nível superior em que as disparidades podem ser fatidicamente observadas em forma de fruto final do processo educacional.

A pesquisa do IBGE (2016) mostra que a proporção dos que abandonaram a escola no ensino médio saltou de 7,2% para 16,2% em 12 anos, sendo que este ano metade dos jovens entre quinze e dezessete anos não está matriculada nessa etapa de ensino. Por outro lado, o contingente de jovens inscritos enfrentou mudanças abruptas de regras diante da proposição do Governo Federal de rapidamente modificar a grade curricular por meio da Medida Provisória nº 9.394/2016, posteriormente homologada pela Lei nº 13.415/2017, fato que causou os protestos que resultaram na ocupação de escolas e universidades da rede pública de ensino em todo o país. As redes sociais potencializaram a ação dos protestos, que se uniram a diversas outras reivindicações ligadas às políticas educacionais no bojo do atual quadro de crise econômica e de confusão institucional.

A socióloga Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária Executiva do Ministério da Educação, idealizadora da reforma do Ensino Médio e responsável pela redação da Medida Provisória nº 746/2016, defendeu em uma entrevista realizada em 2016 que a mudança era urgente em face da péssima qualidade do sistema que entende ser “um dos piores do planeta” (CASTRO, 2016, p. 18). Segundo a socióloga, o novo modelo que deveria ser implementado no primeiro semestre de 2017, como previsto no texto legal, continha profundas mudanças, que iniciavam pela ampliação paulatina da carga horária das atuais 800 horas para um total de 1.400 horas, em que a jornada escolar do ensino médio diurno passará a ter um mínimo de sete horas diárias. O currículo que será definido pela BNCC terá disciplinas comuns para a primeira metade do ciclo com ênfases específicas organizadas nas áreas de linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas. O estudante escolherá as disciplinas que deseja cursar conforme sua área de interesse a partir da segunda metade do ensino médio. O ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa permanecera obrigatório nos três anos, com carga horária mínima semanal de seis tempos de 50 minutos para Português e Matemática. Na mesma entrevista, a Secretária Executiva do Ministério da Educação disse que a mudança “mexe em vários vespeiros”. Lembrando que a entrevista foi concedida em 2016, ela disse que um dos pontos mais polêmicos da Medida Provisória era a retirada de disciplinas obrigatórias do currículo, dentre elas a sociologia, que tinha sido totalmente abolida e riscada da redação da LDB.

A Medida Provisória não clarificava se as disciplinas que perderam a obrigatoriedade teriam espaço em uma carga curricular específica, mesmo que não obrigatória. Tal fato instaurou dúvidas e perplexidades que se constituíram como palavras de ordem nos protestos nacionais. Reivindicava-se o flagrante descompasso entre a supressão das disciplinas e o escopo da educação cidadã constituída pela formação de valores e o reconhecimento dos direitos que permeiam a Constituição Federal, a própria LDB e os diversos textos legislativos estaduais sobre o Ensino Médio. Deve-se considerar que a Sociologia no currículo escolar propicia um espaço rico de discussões importantes para a vida do jovem. Gohn (2012, p. 113) ressalta que “os preconceitos, intolerâncias, drogas, sexo, o *bullying* nas escolas etc. podem, e devem ser debatidos nos espaços da educação formal abertos com o ensino da Sociologia [...]”.

É forçoso verificar que a BNCC está sendo gestada desde 2015, com consultas nacionais terminadas em junho de 2016, antes, portanto, da edição da Medida Provisória nº 746/2016. Sendo assim, as modificações implementadas para o Ensino Médio pela Medida Provisória não estavam previstas na gestação inicial da Base e nas sugestões decorrentes da consulta pública. A supressão da disciplina de Sociologia do currículo, tal como realizado, poderia se chocar com a anterior sistemática de colheita de informações para o currículo comum nacional.

Ainda em sua entrevista, a secretária Maria Helena Guimarães de Castro foi questionada se a retirada da Sociologia do currículo obrigatório seria total ou se permaneceria de alguma forma na nova grade proposta. Pela resposta dada, ficou clara a possibilidade do seu desaparecimento integral da grade curricular nacional, pois mesmo que seu conteúdo seja relevante, ela estaria à margem do currículo e não seria ensinada da forma como sempre ocorreu, como uma disciplina independente. Segundo a entrevistada, “não é preciso necessariamente organizar o conteúdo em disciplinas divididas do modo tradicional. O professor pode ensinar história da revolução francesa explicando seus movimentos sociais e o caldo filosófico no qual ela foi ancorada” (CASTRO, 2016, p. 19). Depreende-se dessas palavras que o MEC retiraria mesmo a Sociologia da grade de ensino, de forma que os professores das disciplinas obrigatórias implementassem as competências de todos os conteúdos retirados, diluindo-se os assuntos dentro das quatro grandes áreas do conhecimento assinaladas na LDB, quais sejam, Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Noutro prisma, não obstante a irresignação sobre o mérito da mudança, os protestos traziam o reclame acerca da maneira impositiva como a Medida Provisória funcionava. Educadores e juristas puseram-se a indagar acerca da necessidade de uma ampla discussão anterior, para depois algo vir a mudar de forma consensual e avisada. O Promotor de Justiça da Infância e Adolescência de Delmiro Gouveia, João Batista Santos Filho, consultado sobre a desocupação da Escola Estadual Luiz Augusto Azevedo de Menezes no mês de novembro de 2016, para retirar os estudantes em protesto, emitiu um parecer jurídico no qual entendeu que, malgrado a via de reinvidicação escolhida fosse ilegal por ocupar um bem público e obstar seu serviço, o mérito da reclamação se revestia de grande nobreza, pois a Medida Provisória seria ilegal, na sua forma e no seu objeto. O Promotor de Justiça discorreu em parecer de procedimento de acesso e consulta pública que os alunos

[...] esboçam comportamento nobre e altivo quando se indignam contra a Medida Provisória nº 746 de setembro de 2016, dentre outros reclames. A um passo porque o requisito de urgência não está presente para legitimar o executivo a manejar essa espécie legislativa. Não é urgente porque há tempo para que a mudança seja amplamente discutida, inclusive com os alunos que hoje se rebelam. Não é urgente pois, como leciona Celso Antônio Bandeira de Mello acerca das MPs, ‘qualquer pessoa entenderá que só é urgente o que tem de ser enfrentado imediatamente, o que não pode aguardar o decurso do tempo, caso contrário o benefício pretendido inalcançável ou o dano que se quer evitar consumir-se-á’. Por outro diapasão, **não consigo imaginar o ensino médio sem disciplinas como sociologia e filosofia que fazem a concreção de todos os valores, objetivos e fundamentos maiores do povo brasileiro colocados no preâmbulo da Constituição Federal em respeito a princípios humanitários mundialmente solidificados. A medida provisória é ilegítima por não permitir que os alunos digam sobre a importância das disciplinas que foram retiradas.** O uso de medida provisória para fazer à solapa tão drásticas modificações no ensino médio é uma imposição ilegal e ilegítima do Estado, que agora tem contra si os estudantes vilipendiados (FILHO, 2016, p.2, grifos do autor).

O nome de Celso Antônio Bandeira de Mello citado pelo Promotor corresponde ao Ministro Decano do Supremo Tribunal Federal, que havia se posicionado contra a urgência que justificava a reforma do Ensino Médio por via da imposição de uma medida provisória de efeitos imediatos. Bem assim, no sentir do Ministério Público no recôndito sertanejo de Delmiro Gouveia, Alagoas, os estudantes precisariam ser ouvidos sobre as mudanças, muito especialmente a retirada de disciplinas como a Sociologia da grade curricular do Ensino Médio. Nesse entendimento, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio preceituam que a Sociologia deve estar presente no currículo por diversas razões, sendo a mais imediata o “papel que a disciplina desempenha na formação do estudante e em sua preparação para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2006, p. 109).

O estudo da Sociologia responde à expectativa do cidadão em relação aos seus direitos, entre eles o de educar-se, bem como lhe fornece o entendimento da sociedade onde vive e que determina seu comportamento. O estudo da Sociologia permite ao jovem realizar a desmistificação da realidade social, potencializando a ação coletiva e a participação política por meio da conscientização sobre os direitos sociais e civis. A Sociologia propicia a interpretação da realidade e da conscientização dos jovens para se transformarem em “agentes privilegiados para a execução da obra de constituição da nação. A disciplina corporificou estas novas tendências, sobretudo, o desejo de mudar o país, dar-lhe novo destino, inventar novas tradições” (MEUCCI, 2000, p. 44).

A introdução da Sociologia no Ensino Médio brasileiro correspondeu à tentativa de afastar as amarras que grassam intelectualmente amplas parcelas da população

brasileira desde a época da ditadura militar, de forma a substituir o currículo baseado em ideologias políticas de submissão sobre o modo de pensar a sociedade pela liberdade interpretativa pautada em referenciais teóricos abertos e em observações científicas. A Sociologia passou a fazer parte do currículo obrigatório desde o ano de 2008, por força da Lei Federal que a inclui juntamente com a Filosofia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio (BRASIL, 2008). Como disciplina obrigatória, seu ensino desenvolveu-se metodologicamente por meio dos cursos de licenciatura que foram criados, de forma que sua incorporação ao sistema educacional rendeu efeitos extremamente positivos. No dizer de Gohn (2012), o ensino de Sociologia implementou no sistema educacional a discussão de temas e conteúdos voltados para novas interpretações da realidade social. No caso de Alagoas, os conteúdos são contemplados no Referencial Curricular da Educação Básica do Estado, que delinea as aprendizagens básicas esperadas ao final do ensino médio. Em Sociologia, essas aprendizagens permitem ao estudante:

Reconhecer os canais de participação da cidadania num estado democrático; compreender as formas do poder econômico, suas transformações, estratégias e influências nas desigualdades sociais; ser capaz de investigar, compreender e interagir com os movimentos sociais e suas organizações, reconhecer a utilização das várias linguagens e discursos dos poderes constituídos; identificar e comparar os diferentes elementos da cultura erudita e popular para melhor compreender a estrutura social; respeitar e valorizar as diferenças culturais, étnico-raciais e de gênero nos vários níveis da convivência humana; compreender a partir de uma visão crítica a influência da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, para formação de valores na sociedade moderna; levantar, sistematizar e elaborar dados sobre os campos de trabalho no estado, no País e no mundo; conhecer e contextualizar a atual organização das atividades produtivas e econômicas em escalas local, regional e nacional; identificar as novas exigências do mercado de trabalho conhecendo o novo perfil do trabalhador; conhecer o processo histórico-social da sociedade brasileira, principalmente no estado de Alagoas; e sistematizar a análise crítica sobre o percurso do desenvolvimento social na área da monocultura da cana-de-açúcar (ALAGOAS, 2010, p.84).

Após décadas do ensino de Sociologia nas escolas públicas, o resultado da Medida Provisória que pretendeu retirá-la do currículo é que os estudantes conseguiram fazer uma análise crítica sobre seus direitos de aprendizagem e um exercício de questionamento que reclamava sua participação no processo de decisão política sobre as disciplinas que gostariam de estudar. Os estudantes fizeram exatamente o que foi objetivo da colocação do ensino de Sociologia previsto ao final dos anos 1990 pelos PCN, que apregoam ser tal objetivo a compreensão da dinâmica social. Com o estudo da Sociologia, dizem os PCN, o estudante poderá perceber-se como elemento ativo no

interior da sociedade, dotando-se de força política e capacidade de transformação, de forma a poder “viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário” (BRASIL, 1999, p. 37).

O impasse causado pela Medida Provisória entre o intento governamental e a comunidade educacional ficou claro e ululante. Em todos os rincões nacionais, estudantes e professores puseram-se contra as modificações propostas, a ponto de chamar atenção dos legisladores para a grande gama de reclames, aos quais a comunidade acadêmica se juntou. Dessa forma, os protestos veementes contra a supressão do currículo obrigatório de disciplinas consideradas fundamentais para a formação dos jovens, em especial a Sociologia, fizeram com que o texto da Medida Provisória restasse modificado em vários pontos ao longo das discussões no Congresso Nacional, que não pôde deixar de levar em conta o movimento engendrado pelos jovens e a sociedade brasileira como um todo. Assim, na transformação em Lei da polêmica Medida Provisória, ficou estabelecido que a Sociologia e outras disciplinas consideradas importantes que tinham sido retiradas continuariam a fazer parte do currículo obrigatório do Ensino Médio, sem mudanças com relação aos seus status anteriores. Agora, cabe aguardar a decisão final sobre a BNCC do Ensino Médio para saber como a situação se resolverá em termos das práticas escolares que efetivamente garantem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

O que dizem os estudantes do Ensino Médio de Delmiro Gouveia sobre a disciplina Sociologia

A cidade de Delmiro Gouveia está situada na região do alto sertão de Alagoas, cuja população estimada no ano de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 52.306 habitantes, onde há três escolas públicas de Ensino Médio, nas quais estão matriculados 1.642 estudantes nos 1º, 2º e 3º anos (IBGE, 2016). Participaram da pesquisa oitenta estudantes, todos matriculados no 3º ano, turno diurno, com idade entre 16 e 21 anos, os quais responderam no dia 7 de outubro de 2016 um questionário contendo cinco perguntas de fácil entendimento. Além de perguntas relacionadas ao perfil dos estudantes, como idade, sexo e endereço, foram apresentadas questões específicas para trazer à tona suas percepções em relação a disciplina Sociologia.

Por se tratar de um estudo que visa a apurar percepções sob a forma de atitudes discursivas explícitas e conscientes dos respondentes, estudantes do 3º ano do Ensino Médio do sertão alagoano, utilizou-se um instrumento estruturado, pois assim o material coletado tornou-se mais concreto e objetivo, conseqüentemente menos passível de erros devido à subjetividade interpretativa dos interpelantes. O instrumento utilizado potencializou a geração de índices que puderam ser comparados ao longo do tempo, permitindo traçar o histórico das informações levantadas, que no desenrolar dos eventos sofreram transformações significativas. Nesse diapasão, as questões contempladas na pesquisa seguiram o seguinte itinerário: 1) você considera importante estudar sociologia? 2) quais os recursos didáticos que o seu professor utiliza nas aulas de sociologia? 3) quais os conteúdos estudados durante as aulas de sociologia? 4) você considera suficientes os conteúdos trabalhados na disciplina? 5) existe relação entre os estudos de sociologia e sua vida? Todas as questões apresentavam respostas de múltipla escolha, podendo ser justificadas pelos respondentes.

Iniciaremos a exposição dos dados levantados pelas características pessoais dos pesquisados, que perfizeram um quantitativo de quarenta e oito estudantes do sexo feminino e trinta e dois do masculino. Entre as moças a faixa etária foi de 16 a 20 anos e os rapazes entre 16 e 21 anos, evidenciando que as mulheres chegam e saem mais cedo do ensino médio. Um dado interessante foi o número significativo de estudantes oriundos da zona rural, perfazendo o total de vinte e oito entre os oitenta pesquisados (35%). Estes estudantes percorrem entre 3 e 12 quilômetros para chegar ao local de estudo, o que denota a ausência de escolas de ensino médio na zona rural, concorrendo para a conseqüente migração dos jovens para a zona urbana, como é descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Faixa etária e residência dos estudantes pesquisados

Estudante	16 ANOS		17 ANOS		18 ANOS		19 ANOS		20 ANOS		21 ANOS	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Feminino	02	03	11	19	04	07	-	01	-	01	-	-
Masculino	01	03	06	11	02	04	01	01	-	01	01	01
Total	03	06	17	30	06	11	01	02	-	02	01	01
Total Rural: 28 estudantes			Total Urbano: 53 estudantes					Total Geral: 80 estudantes				

Fonte: Dados da pesquisa, levantados em outubro de 2016.

A primeira questão apresentada diz respeito à importância de se estudar Sociologia. Neste quesito, a resposta apresentada pelos estudantes foi unânime, de

forma que todos assinalaram que é importante estudá-la e justificaram positivamente a resposta, relacionando-a com o estudo da sociedade e com a construção do pensamento crítico, como evidenciado em algumas respostas selecionadas:

Porque esta matéria faz com que a sociedade desperte seu censo crítico”
(resposta de uma estudante de 18 anos).

É importante para o conhecimento da sociedade, dos seres humanos e as relações, acredito que a sociologia ajuda o aluno a pensar criticamente
(resposta de uma estudante de 17 anos).

Porque é através da sociologia que podemos entender ou tentar entender a vida social e os direitos que cada indivíduo possui perante a sociedade e saber se posicionar perante os acontecimentos ao redor da sociedade
(resposta de um estudante de 17 anos).

Nos ajuda a entender nossa importância na sociedade e a entender como a mesma funciona (resposta de um estudante de 17 anos).

Nas afirmações projetadas, observa-se que as percepções dos estudantes geram discursos baseados em posicionamentos construídos a partir de identidades coletivas, o que remete à concepção de que a disciplina de Sociologia no ensino médio contribui para com o discernimento sobre o pensamento crítico, o direito dos indivíduos à inserção na sociedade, o entendimento do funcionamento desta última, entre outros aspectos. Conforme corroborado por Rodrigues (2002, p.109), “as concepções de mundo, as ideias e os valores que as pessoas compartilham entre si e que ensinam [...] são construídas na teia cotidiana de relações e interações. São invenções do homem, são construções sociais. [...]”. No mesmo sentido, Bourdieu (1978) considera o indivíduo como um ator socialmente configurado em seus mínimos detalhes, sublinhando que os gostos, as preferências, as aptidões, as posturas corporais, a entonação de voz, as aspirações relativas ao futuro profissional, tudo teria uma constituição social.

A unanimidade dos posicionamentos expressa nesta primeira questão permite concluir que os estudantes acham a Sociologia uma disciplina necessária, o que explica os conflitos que se espalharam pelo Brasil em relação à postura do Governo Federal de tentar retirá-la da grade curricular obrigatória.

No segundo questionamento, fez-se o levantamento dos recursos didáticos que o professor utiliza durante as aulas de Sociologia, sobre o que os estudantes enumeraram vários tipos de materiais, descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Recursos Didáticos utilizados nas aulas de Sociologia

Recurso Didático	Quantitativo de respostas		Total	Porcentagem (%)
	Masculino	Feminino		
Livro Didático	32	48	80	100%
Revistas	01	03	04	0,5%
Textos Complementares	10	19	29	34,8%
Música	03	04	07	8,75%
Poesia	04	03	07	8,75%
Imagens	03	07	10	12,5%
Vídeos	05	04	09	11,25%
Outros	02	-	02	2,5%

Fonte: Dados da pesquisa, levantados em outubro de 2016.

As respostas catalogadas em relação aos recursos materiais utilizados pelos professores apresentam-se de forma a traduzir uma realidade na qual predomina o uso do livro didático em detrimento de outros recursos. Vale salientar que em 2011 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através do Programa Nacional do Livro Didático, adquiriu e distribuiu pela primeira vez livros de Sociologia, Filosofia e Língua Estrangeira para o ensino médio, que levados à escola foram recebidos pelos estudantes em 2012 (BRASIL, 2012). Todos os estudantes assinalaram o uso do livro didático como recorrente na prática do professor, o que permite sublinhar a importância que este instrumento tem para a divulgação dos conhecimentos sociológicos, tornando-se importante no processo de ensino e aprendizagem. Porém, não se deve desprezar os outros recursos, pois cabe ao professor fazer a escolha daqueles que são favoráveis à aplicação efetiva de determinados conteúdos. Apesar do livro didático estar no topo da relação, recursos materiais como revistas, músicas, poesias, imagens, vídeos e outros são potencialmente atrativos e dinâmicos para os estudantes da faixa etária do ensino médio, ampliando o rol dos recursos utilizados pelos professores de Sociologia.

A terceira pergunta refere-se aos conteúdos contemplados durante as aulas de Sociologia, cujas respostas denotam que os estudantes puderam ter acesso a uma grande diversidade de conhecimentos, desde a relação indivíduo-sociedade até problemas mais complexos, como Ideologia, Gênero e Sexualidade, etc. O Quadro 3 demonstra a ampla gama de respostas dos estudantes no que concerne aos conteúdos de Sociologia que estudaram.

Quadro 3 – Conteúdos estudados durante as aulas de Sociologia

Conteúdos	Quantitativo de respostas		Total	Porcentagem (%)
	Masculino	Feminino		
Senso comum versus conhecimento científico	09	19	28	35%

Introdução e/ou história da sociologia	13	23	36	45%
Relação indivíduo-sociedade	18	29	47	58,75%
Trabalho	13	24	37	46,25%
Capitalismo	21	18	39	48,75%
Desigualdades sociais	23	31	54	67,5%
Globalização	16	24	40	50%
Ideologia	08	08	16	20%
Movimentos sociais	20	23	43	53,75%
Mudança social	15	18	33	41,25%
Instituições sociais	08	19	27	33,75%
Classes sociais	22	24	46	57,5%
Cultura	18	24	42	52,5%
Diversidade e identidade cultural	18	20	38	47,5%
Etnocentrismo	14	18	32	40%
Religiosidade	17	16	33	41,25%
Gênero e sexualidade	12	10	22	27,5%
Poder	16	24	40	50%
Política e Estado	21	22	43	53,75%
Democracia	17	20	37	46,25%
Cidadania	18	28	46	57,5%
Dominação	11	02	13	16,25%
Outros	02	-	02	2,5%

Fonte: Dados da pesquisa, levantados em outubro de 2016.

As respostas dadas demonstram que diversas ordens de conteúdos sociológicos foram trabalhadas pelos professores, evidenciando que algumas delas se destacam como mais frequentes em relação a outras citadas em menor constância. Pode-se calcular a média das frequências da amostra representada pelas respostas dos oitenta estudantes que participaram da pesquisa, o que resulta no valor de 43,13%. Assim, organizando as frequências maiores que a média calculada em uma escala decrescente, obtém-se a seguinte relação que define a ordem de importância dos conteúdos de Sociologia desenvolvidos pelos professores: 1º) desigualdades sociais, 2º) relação indivíduo-sociedade; 3º) classes sociais; cidadania; 4º) política e estado; movimentos sociais 5º) cultura; 6º) poder; globalização; 7º) capitalismo; 8º) diversidade e identidade cultural; 9º) trabalho; 10º) Introdução e/ou história da sociologia.

Em continuidade à ordem de importância atribuída pelos estudantes aos conteúdos ensinados, os que aparecem com frequência menor que a média calculada para a amostra revela a seguinte relação: 11º) religiosidade; mudança social; 12º) etnocentrismo; 13º) senso comum versus conhecimento científico; 14º) instituições sociais; 15º) gênero e sexualidade; 16º) ideologia; 17º) dominação.

Pode-se verificar que os conteúdos mais assinalados são considerados os de mais fácil assimilação, visto que se trata de temas recorrentes na sociologia, não sendo

complexos. Os temas de fácil absorção são os que mais que motivam os estudantes, pois têm uma relação mais explícita com a realidade em que eles vivem. Nesse caminho, Teixeira & Silva (2008) nos comentários a uma pesquisa sobre assimilação de conteúdos realizada com estudantes da Universidade Federal de Sergipe revelam que

[...] o estudo pode ser mais ou menos eficaz e, por isso, mais ou menos demorado. Deste ponto de vista, gostaríamos de lembrar três ideias que indicamos no início da nossa reflexão. Começamos com Bachelard: “todo e qualquer conhecimento é resposta a uma pergunta”. A assimilação do conteúdo, o aproveitamento do estudo, a memorização são melhores quando se assimila um conteúdo que foi bem entendido e, ainda mais, que foi relacionado com perguntas, com problemas. Continuemos com Vygotsky: o saber científico é sistematizado. Dessa forma, é mais fácil assimilar e memorizar o que pode ser relacionado com coisas que já foram entendidas e assimiladas. **O estudante tem de fazer um trabalho sistemático de relacionamento entre o que ele já sabia e o que está sendo estudado por ele.** Isso consiste em atracar o novo ao que constitui o continente de saber sólido. Por fim, o estudante há de aprender a distinguir o que é essencial e o que pode ser considerado como acessório [...] (TEIXEIRA; SILVA, 2008, p. 222-223, grifos nossos).

Norbert Elias contribui para esse debate, trazendo suas lembranças em relação aos estudos secundários, sublinhando que elas talvez possam ser seletivas e subjetivas, mas que não deixam de representar a importância daquele período de estudos para a formação dos centros de interesse intelectual dos indivíduos, que permanecem ao longo de toda a vida. O autor assinala que com frequência ouvia falar de “estabelecimentos escolares que sufocavam mais do que encorajavam o interesse dos jovens pelo patrimônio cultural de sua sociedade. Foi por essa razão que nunca deixei de sentir uma grande gratidão em relação ao meu liceu” (ELIAS, 2001, p. 93).

Assim, apesar da escola ser concebida como uma instituição que legitima o capital cultural dos estudantes, também legitima quem não o possui, reforçando dessa forma a desigualdade entre eles (BOURDIEU; PASSERON, 1978). Não se pode desconsiderar que a escola é também um lugar de atividades.

Essas atividades que são atravessadas por contradições, embates, como todas as atividades sociais [...] é um lugar de lutas, com formas de dominação, mas também de resistência [...] uma instituição social que transmite conhecimentos, constrói competências, forma. (CHARLOT; REIS, 2014, p.73-74).

Na quarta questão foi perquirido o problema da suficiência dos conteúdos de Sociologia, de onde os 62,5% que perfazem o total de cinquenta estudantes assinalaram que os mesmos são suficientes, enquanto que os 37,5% que representam trinta

estudantes asseveraram que gostariam que fossem inseridos outros conteúdos na disciplina.

Não sei, mas conhecimento nunca é o suficiente (resposta de uma estudante de 17 anos).

Atualidades, política atual, direitos humanos deveriam ser ensinados na disciplina (resposta de um estudante de 17 anos).

Nessa perspectiva, Gohn (2012) arremata que novos temas ganham sistematicamente importância dentro do contexto sociológico, em que se destacam as políticas públicas educacionais, a participação da comunidade, cultura escolar, gestão democrática, a inclusão e a violência nas escolas, etc.

Mas a grande inovação é dada pela perspectiva de como as novas temáticas são tratadas sob enfoques de gênero, diversidade cultural, classe, etnicidade, religião, nacionalidade, justiça social, subjetividade, segregação social, inclusão e exclusão social e, fundamentalmente, o tema da cidadania. O multi e o interculturalíssimo surgem no rastro destas discussões, assim como na discussão sobre esfera pública, responsabilidade/compromisso social etc. (GOHN, 2012, p. 107).

As respostas à quarta questão sugerem que os alunos têm expectativas de ampliação dos assuntos tratados dentro da disciplina de Sociologia. Esta expectativa de ordem qualitativa, que exprime uma necessidade prática para a vida dos estudantes pareceu-lhes frustrada, desde que na ocasião da pesquisa a disciplina tinha sido retirada da base curricular obrigatória do Ensino Médio, estando à mercê das pressões realizadas naquele momento.

A última questão proposta diz respeito à relação entre os estudos de sociologia e a vida dos estudantes, resultando em 87,5% de respostas positivas, correspondentes aos setenta estudantes que assinalaram a relação como válida. Entre os que responderam negativamente e não reconhecem a relação como válida destacam-se dez estudantes, o que equivale a 12,5 % da amostra. Diante dos resultados, é interessante trazer algumas respostas:

Existe relação na vida de muitas pessoas, e ajuda cada um a saber o que é cada movimento e ajuda as pessoas a poder se ligar e dar a sua opinião perante algo, quando for necessário (resposta de um estudante de 17 anos).

Em questões do meu dia a dia me traz conhecimento, e ter a capacidade de ter uma reação maior, durante algum ato que eu possa defender com os meus conhecimentos (resposta de um estudante de 17 anos).

Como são vários assuntos na matéria de sociologia, tem um 'movimentos sociais', pois faço parte de um movimento o MST, por isso gosto muito dos assuntos e de desenvolver o meu conhecimento" (resposta de uma estudante de 17 anos).

Não uso em nada. Só na escola e estudar para a prova (resposta de um estudante de 16 anos).

Essas declarações exemplificam as opiniões dos estudantes sobre a relação entre os conteúdos trabalhados na disciplina Sociologia e as suas prioridades existenciais. As relações positivas expressas na maioria das repostas se dão no sentido de que o conhecimento sociológico ajuda a compreender o presente vivido por meio das relações sociais historicamente formadas.

A sociologia, tendo como objeto de estudo o conhecimento do mundo social, das relações sociais, e como propósito compreender como a sociedade age e se perpetua, suas possibilidades de reprodução e/ou transformação, incorpora necessariamente o estudo das práticas sociais produzidas por relações historicamente determinadas. Também incorpora o estudo das configurações particulares que essas práticas assumem em cada uma das sociedades. Por isso, uma sociologia crítica só pode compreender o presente em toda sua plenitude se leva em conta sua historicidade, isto é, através de uma análise sócio-histórica (KRAWCZYK, 2014, p.24).

O ensino de Sociologia é também considerado em Charlot (2014, p. 76), quando o autor assevera que a investigação das relações dos estudantes com o saber e com as várias formas de aprender e, “logo, ao relacionar o ‘dentro da escola’ com o ‘fora da escola’, a sociologia pode contribuir para entender o que está acontecendo em um ensino médio ampliado”. No mesmo passo, Charlot (2010) dita que se aprende dentro da escola conteúdos importantes que são ensinados somente nessa instituição, bem como ainda se aprende fora dela, de outra forma, com outros sentidos, que, contudo, delineiam a formação dos sujeitos.

O homem nasce incompleto, mas nasce em um mundo humano que o antecedeu e o acolhe. Ele torna-se humano, social e singular ao apropriar-se, graças à educação, de um patrimônio legado pelas gerações anteriores. Estas não inventaram somente saberes existindo como objetos de linguagem, transmitidos em especial, pela escola, mas também, práticas, formas de se relacionar com o mundo físico, com os outros e consigo mesmo (CHARLOT; REIS, 2014, p. 76).

As respostas emitidas pelos estudantes recebem respaldo de diversos estudiosos, que comungam o reconhecimento da importância de se estudar Sociologia para que a formação alicerçada em um aprendizado crítico e emancipador seja construída. No entanto, este fato não está sendo levado em consideração pelos órgãos de formulação

das políticas educacionais brasileiras, já que a retirada da sociologia do currículo foi uma ameaça que só foi repelida devido à resistência liderada pelos próprios estudantes entrincheirados nas escolas que foram ocupadas.

Considerações finais

Esse artigo trouxe à tona uma investigação em relação ao ensino de Sociologia baseada em referências teóricas e dados levantados junto a estudantes do 3º ano do ensino médio, matriculados em escolas públicas do município de Delmiro Gouveia, situado no sertão do Estado de Alagoas. A investigação permite concluir que a disciplina de Sociologia apresenta conteúdos de importância capital para uma formação intelectual cidadã e responsável. O advento da Medida Provisória nº 746/ 2016, que pretendeu retirar a obrigatoriedade de as escolas ofertarem a disciplina de Sociologia, atropelou as expectativas dos estudantes em relação aos conhecimentos que consideram importantes para sua vida. Ao rechaçarem a pretensão governamental, os jovens demonstraram que a sociedade brasileira avança para uma democracia política participativa, que se propõe a discutir e exigir direitos consignados pela condição de escolha sobre o que é importante de ser aprendido. A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que mantém Sociologia como disciplina obrigatória para o ensino médio, representa uma vitória não somente dos jovens que se rebelaram, mas da sociedade brasileira como um todo, contra os ditames de uma globalização neoliberal que em nome da competência individual e uma pseudos eficácia coletiva tenta solapar valores educacionais e desfazer expectativas de acesso ao conhecimento em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas de Alagoas**. Maceió: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, 2010.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 41-64.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 23 dez. 1996, p. 27833.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 21 jun. 2007, p. 7.

BRASIL. Lei n. 11.648, de 2 de junho de 2008. Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de junho de 2008.

BRASIL. Fundo de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro Didático. **Ministério da Educação, Brasília, 2012. Disponível em : <<http://www.mec.gov.br/programas>>. Acesso em 21 de novembro de 2016.**

BRASIL. Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, Edição Extra, 23 set. 2016, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 17 fev. 2017, p. 1.

BRUINI, Eliane da Costa. Educação no Brasil; **Brasil Escola**. Texto publicado em 2015. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

CANCIAN, Natália; BRAGON, Ranier. Câmara aprova volta de filosofia e sociologia ao ensino médio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2016, Caderno Cotidiano, p. B5.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. “Por chances iguais”. **Revista Veja**, São Paulo, Edição 2498, Ano 49, nº 40, p. 17-19, 5 de outubro de 2016.

CHARLOT, Bernard. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147-161, 2010.

CHARLOT, Bernard; REIS, Rosimeire. As relações com os estudos de alunos brasileiros de Ensino Médio. In: KRAWCZYK, Nora. **Sociologia do Ensino Médio: Crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Nobert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução de André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FILHO, João Batista Santos. Parecer nº 05.2016.00002022-53, em Procedimento em Ocupação de Escola Estadual, Ministério Público do Estado de Alagoas, Primeira Promotoria de Delmiro GouveiaSAJMP. Disponível em: <<http://www.mp.al.mp.br/index.php>> Acesso em: 04 dez. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia da Educação: campo de conhecimento e novas temáticas. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 15, n. 26, p. 95-117, jul. / dez. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa das informações básicas do município Delmiro Gouveia - Alagoas: Ensino – Matrículas, Docentes e Rede Escolar**. Brasília: IBGE, 2016.

KRAWCZYK, Nora. **Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. [s. n]. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas; SILVA, Veleida Anahí. Os jovens entre as certezas e incertezas: dilemas da relação educação e trabalho na sociedade contemporânea. In: CRUZ, Maria Helena Santana (Org.). **Pluralidade de Saberes e Territórios de Pesquisa em Educação sob Múltiplos Olhares dos Sujeitos Investigadores**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

Recebido em: 22/05/2017

Aprovado em: 02/05/2018